

EDITORIAL

Ao chegarmos a esse momento importante em que se comemoram os 30 anos da Anpur, podemos também celebrar os 14 anos da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. É momento, portanto, de enaltecer a iniciativa de 1999, rememorar, mas também de reexaminar desafios e oportunidades que se repõem constantemente no caminho perene de se transformar a RBEUR em um dos principais veículos de debate da área. Entre outras questões cruciais, é ensejo de se indagar até que ponto ela está atenta e apta a refletir adequadamente a riqueza das temáticas e abordagens emergentes, vindas dos mais variados campos disciplinares que informam e estruturam nosso complexo objeto.

Os seis primeiros artigos aqui apresentados são fruto da exitosa chamada *Repensar o Regional*, que nos convidou ao instigante debate sobre a natureza dos problemas regionais contemporâneos. Vivemos um momento de mudanças rápidas e decisivas no capitalismo e o objetivo do dossiê foi revisitar, problematizar e requalificar, do ponto de vista das teorias e das práticas, a “questão regional”, a partir de uma perspectiva multidisciplinar. As perguntas colocadas na chamada eram: Quais persistências, emergências e rupturas reafirmam ou renovam os fundamentos teórico-metodológicos, as hipóteses elaboradas e as estruturas analíticas necessárias para apreender os complexos processos socioespaciais contemporâneos? Quais são os objetos e perspectivas construídos ou em construção? O resultado foi um conjunto rico de abordagens, desde o balanço das mutações recentes no espaço e no Estado, o revisitar e a atualização categorial e conceitual, a análise da natureza de fenômenos e processos, tais como desenvolvimentismo, ordenamento territorial, deslocamentos populacionais e alterações da rede urbana.

Os três primeiros textos nos trazem aproximações sucessivas do objeto em foco, que vão de um mapeamento das principais perguntas da problemática regional, enquanto questão no Estado, no contexto latino-americano até as bases teóricas que fundamentam a formulação das políticas públicas de cunho territorial. O primeiro artigo, de Victor Ramiro Fernandez e Lucas Cardozo, explora o que eles denominam de dupla emergência – do regionalismo e da estatalidade – e questiona como essas foram assimiladas e como articularam-se na reconfiguração funcional e espacial do Estado. Alertam para o risco de reafirmação do projeto de neoliberal, que se encontra fortalecido e articulado através das redes econômicas e políticas globais, com particulares impactos no contexto latino-americano, em que a lógica desarticulada e fragmentária da atuação estatal na escala regional necessitaria ser contraposta por construções contra-hegemônicas. Neste sentido, trazem uma importante contribuição para o questionamento de como foram operadas efetivamente as metamorfoses no Estado e em seu padrão de organização espacial. No segundo artigo, Marcos Barcellos de Souza parte do recente e controverso debate sobre a natureza do chamado “desenvolvimentismo” do Brasil, procurando repensar as bases espaciais desse processo. Aponta algumas lacunas na construção do imaginário espacial desenvolvimentista e sugere elementos metodológicos e conceituais para entender os processos espaciais em curso, discutindo

o reescalonamento espacial do Estado, a partir de uma releitura da abordagem regulacionista e neo-gramsciana, dando-nos um quadro sintético atualizado da fronteira da agenda de pesquisas daquilo que se poderia chamar de economia política geográfica internacional. No terceiro texto, Ivo Marcos Theis e Antônio Carlos Galvão procuram resgatar e atualizar as bases conceituais de espaço, território e região como possíveis fundamentos para a formulação de políticas públicas. Partem do pressuposto de que as políticas públicas poderiam ganhar maior efetividade se sua dimensão espacial fosse trazida para o primeiro plano. Realizam uma revisão das trilhas teóricas que colocaram a geografia e a economia em diálogo, procurando trazer elementos para a orientação de políticas que enfatizem a dimensão espacial.

Repensando o regional brasileiro, temos três interessantes artigos que atestam a atualidade desse debate. Renata Bovo Peres e Elisângela de Almeida Chiquito apontam a retomada, em alguma medida, do debate sobre concepções e estratégias de ordenamento territorial e de desenvolvimento territorial na agenda política brasileira. Constatam que esses e outros temas (como os ambientais) passaram a fazer parte do discurso e da definição das políticas públicas, com avanços na redefinição das escalas de planejamento, dos instrumentos de gestão e de instituições de âmbito regional. Porém, persistem o tratamento setorial dos problemas, a multiplicidade e a sobreposição de instituições públicas que se dedicam ao desenvolvimento regional, territorial ou local. Afirmam, por fim, que muitos são os entraves na direção do estreitamento dos possíveis e necessários diálogos e articulações entre escalas, instâncias e instrumentos de intervenção.

O trabalho de Carlos Lobo, Ralfo Matos e Ricardo Garcia teve como propósito elaborar uma proposta de classificação e tipificação, tendo como referência a centralidade e a mobilidade espacial da população, buscando identificar perfis regionais no Brasil, a partir das migrações internas. A análise foi realizada tendo por base os estoques de população residente e os fluxos migratórios extraídos dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010. Um importante achado foi a tipificação de núcleos urbanos fora das principais regiões metropolitanas brasileiras, o que vem tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas regiões de influência. Fica claro que necessitamos de mais pesquisas que nos permitam, ao analisar a distribuição e os fluxos da população, reconhecer dimensões ainda pouco exploradas do processo de dispersão espacial da população no vasto e heterogêneo território nacional.

Ainda sobre a questão da mobilidade espacial da população, o artigo de Ricardo Ojima e Eduardo Marandola Jr investiga os deslocamentos pendulares no processo recente de urbanização no contexto da dinâmica não metropolitana brasileira. Os autores se orientam pelos indícios de fortes mudanças nos modos de vida e no âmbito da vida cotidiana urbana, colocando ênfase nos novos processos e dinâmicas que vêm se disseminando pela rede urbana brasileira. Sobretudo indagam acerca das novas lógicas de uso e consumo do espaço que não são comandados pelas metrópoles.

Abrindo a seção *Artigos*, Solange Silva Sánchez e Pedro Jacobi apresentam como as políticas de recuperação de rios e córregos urbanos na cidade de São Paulo, após quase uma década de sua formulação no âmbito do plano diretor, ainda encontram pela frente enormes constrangimentos e desafios para sua implementação. Demonstram como a busca de um novo paradigma na gestão dos recursos hídricos, como aquela que prevê a recuperação de córregos e fundos de vale, expõe as dificuldades do

poder público municipal para regular e efetivar uma política cuja natureza é intrinsecamente intersetorial e de longo prazo.

Nadia Somekh e Ricardo Carlos Gaspar analisam a relação entre os grandes projetos urbanos, a absorção dos excedentes de capital e as crises econômicas da atualidade. Partem da definição conceitual de grandes projetos urbanos, à luz do novo papel das cidades na economia mundial contemporânea, para analisar a dinâmica imobiliária e as disputas em torno da terra e da renda do solo urbano. São ressaltados o papel do Estado nacional para o ordenamento do território, a política regional e a regulação pública do espaço urbano.

Carlos José Suárez apresenta interessante análise das políticas de renovação urbana do centro histórico de Bogotá, denominado *La Calle del Cartucho*, trazendo um panorama dos processos através dos quais se demoliram construções ao longo de dezesseis quarteirões e se impuseram a construção do Parque Terceiro Milênio, através de parcerias público-privadas e da atração de investimentos internacionais, que deram uma nova forma à estrutura urbana do centro da capital colombiana. Foram ainda examinadas as mudanças discursivas e dos planos e projetos de renovação e a sua relação com a localização e posterior deslocamento dos moradores de rua do centro da cidade.

No último artigo, Iara Soares de França e Beatriz Ribeiro Soares discutem o papel das cidades médias na estrutura urbana e as funções que elas exercem em âmbito regional. A partir do estudo de caso da centralidade de Montes Claros e de suas interações espaciais e econômicas com os centros emergentes de Janaúba, Januária e Pirapora, analisam a configuração da rede urbana norte mineira.

Este número retoma a seção *Memória de Presidentes*, trazendo o depoimento de Ana Fernandes, que esteve à frente da diretoria da Anpur de 2005 a 2007. Essa seção, que julgamos importante também para o registro histórico da associação, tinha sido interrompida desde o volume 7, número 2 de 2005. Nos próximos números da revista, pretendemos trazer os demais depoimentos, atualizando a história das gestões anpurianas até o presente.

Completando as contribuições desse número, temos as resenhas de dois livros publicados recentemente. A primeira, de Sol Garson, apresenta a coletânea organizada por Rosélia Piquet, *Mar de riqueza, terra de contrastes – o petróleo no Brasil*, que reúne artigos, de diversos especialistas, sobre o polêmico tema do papel dos recursos petrolíferos para a federação brasileira. A segunda, de Robson Dias da Silva, apresenta a coletânea organizada por Saw Swee-Hock e John Wong, *Regional economic development in China*, que investiga a dimensão espacial do processo de crescimento econômico daquele território gigantesco, submetido hoje a variados e rápidos processos de urbanização e a profundas modificações em sua paisagem regional, que podem trazer questões importantes para nossa reflexão.

CARLOS BRANDÃO
Editor responsável